



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA Nº 33, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019, DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG.

Publicação no quadro de avisos da Câmara em
17/09/19 às 15:08 horas, e
registrado em livro próprio às folhas 31
de 134/2019
Servidor Responsável: *[Assinatura]*

PARECER DA RELATORA DA
COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA Nº
33, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019, DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG,
SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 020/2019**, DE
AUTORIA DOS VEREADORES REGINALDO
PALMA, ROBINHO DA CRUZ, LÍVIA MATOS, CÉLIA
MORAIS, ZEZINHO DESPACHANTE E GERALDO
DE HENRIQUE, E QUE ***“CONCEDE A CHAVE DA
CIDADE A VOSSA REVERENDÍSSIMA DOM
LEONARDO DE MIRANDA PEREIRA.”***¹

1 – RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei nº 20/2019**, de iniciativa dos Excelentíssimos Vereadores Reginaldo Palma, Robinho da Cruz, Lívia Matos, Célia Moraes, Zezinho Despachante e Geraldo de Henrique, e que ***“Concede a Chave da cidade a Vossa Reverendíssima Dom Leonardo de Miranda Pereira.”***²

O Projeto de Lei foi protocolado no dia 27 de agosto de 2019, foi devidamente instruído e distribuído a presente Comissão, da qual fui designada para funcionar como Relatora.

É o relatório.

¹ Epígrafe do Projeto de Lei 20/2019.

² Epígrafe do Projeto de Lei 20/2019.

DALA



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

2 – VOTO

Inicialmente destacamos que, no que diz respeito a legalidade formal do presente projeto, o mesmo não apresenta vícios, posto que a lei ordinária é o ato normativo aquedado para tratar sobre tal matéria.

Quanto a iniciativa legal o mesmo se mantém coerente e em consonância com os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa, uma vez que o mesmo atende o disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que confere aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, senão, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II – (...),³

Esses ditames que estão normatizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vão ao encontro com o disposto no artigo 8º, *inciso* I da Lei Orgânica Municipal, que também estabelece ser de competência do Município legislar sobre matéria de interesse local.

Ademais, ainda no que se refere à iniciativa legal, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas confere aos Vereadores a competência para propor Projeto de Lei, ressalvados os casos de competência privativa e exclusiva do Poder Executivo e as hipóteses de competência da Mesa Diretora, senão vejamos:

Art. 169. A iniciativa de projeto, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, cabe:

³ Artigo 30, *inciso* I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DALA



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

I - a Vereador, podendo ser individual ou coletiva, considerando-se autores, neste caso, os subscritores;

IV - (...).⁴

O objetivo da presente proposição é conceder a chave da cidade ao Reverendíssimo Dom Leonardo de Miranda Pereira. Tal honraria está prevista na Lei Municipal nº1.132, de 12 de dezembro de 2014, em seu artigo 4º, o qual se transcreve:

“Art. 4º Fica instituída, no âmbito do processo legislativo, a Chave de Honra do Município de Bonfinópolis de Minas, denominada simplesmente de “Chave da Cidade”, a ser concedida de forma simbólica a autoridades estaduais, federais ou internacionais, bem como a personalidades públicas de reconhecida projeção e prestígio como forma de reconhecimento e gratidão pelos feitos altruísticos e relevantes em prol da comunidade do Município de Bonfinópolis de Minas, cujas ações sejam meritórias do galardão e de modo a dar boas vindas em demonstração á receptividade e hospitalidade da Cidade.”⁵

Após a análise literal da proposta legislativa em pauta, constatou-se que a mesma obedece os ditames da Lei Complementar nº 95/98. Ressalta-se ainda que a proposição em análise está redigida em termos objetivos, claros e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito pelos autores. Por fim, vale ressaltar que, em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo, estando devidamente estruturado.

3 – PARECER

⁴ Inciso I, do artigo 169, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas – MG.

⁵ Artigo 4º, da Lei municipal número 1.32/2014.

DALA



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

Por todo o exposto, tendo em vista que o Projeto de Lei encontra-se de acordo com os dispositivos legais mencionados e estando devidamente obedecidas a competência em razão da matéria e a iniciativa legal, mostrando-se formal e materialmente constitucional, e, ainda, primando pela **BOA** e **CONCISA** técnica legislativa, **somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20/2019**, nos termos em que foi proposto.

Bonfinópolis de Minas – MG, 13 de setembro de 2019.

FERNANDA OLIVEIRA
RELATORA

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS
DE MINAS - MG
SECRETARIA DAS COMISSÕES
DESPACHO

Aprovado (X) Rejeitado () o voto do relator
em único turno por (2) votos favoráveis (-)
votos contrários e (-) abstenções.
Sala de Comissões 16/09/2019

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS
DE MINAS - MG
SECRETARIA DAS COMISSÕES
DESPACHO

Dou por concluso nesta comissão nos termos do Art.
105. XX, da Resolução 136, de 03/01/2007 o presente
processo legislativo, Subam os autos à Mesa Diretora.
Sala das Comissões 16/09/2019

PRESIDENTE DA COMISSÃO

DALA